

A LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL (1)

Ataliba T. de Castilho

A história da Língua Portuguesa no Brasil está por se fazer.

Focalizado e dramatizado o problema pelos românticos, seguiram-se diversos estudos, uns apaixonados, outros desorientados, no mais das vêzes entregues à repetição estéril das soluções propostas pelos precursores nesta matéria.

Escrever sôbre a Língua Portuguesa no Brasil é, assim, enfileirar interminavelmente pontos de interrogação, donde solicitar-se empenhadamente ao leitor se vá a outras partes, caso o título dêste artigo lhe haja, de início, sugerido algumas afirmações ponderáveis.

Qualquer análise das condições e influências novas que o português encontrou no Brasil terá de principiar pelo exame dos falares indígenas, da imigração africana e européia, desenvolvimento da população, focos de influência, numa palavra, pela história externa da Língua Portuguesa no Brasil (2).

Tais condições, predominantemente de ordem demográfica, se resumem em três fatôres:

a) O colono português.

A colonização do Brasil data de 1532, quando vieram para cá portugueses de tôdas as partes da metrópole. Êste é um facto que faz vacilar a teoria de alguns AA., segundo os quais de-

(1) O assunto dêste artigo foi o tema da Aula Inaugural proferida pelo autor no Salão Nobre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, a 8 de março de 1962.

Despido das características de exposição oral e enriquecido com notas bibliográficas, nem por isso perdeu o trabalho seu ar de circunstância.

(2) Bom trabalho de síntese, talvez o primeiro a reunir dados para uma história externa da Língua Portuguesa no Brasil é o de Serafim da Silva Neto — *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1951. Cf. p. 6: "Este livrinho pretende ser ligeiro resumo da história externa da língua portuguesa no Brasil".

terminadas regiões portuguesas tiveram uma influência mais visível sobre a língua do Brasil (3).

Esses colonos trouxeram um português de feição arcaica, matizado de diferenças regionais (que nunca foram muito profundas), logo desvanecidas no grande cadinho americano da interação lingüística.

b) Os aloglotas, isto é, aquêles que deixaram sua língua para falar português.

Primeiramente, refiram-se os índios, superiores em número aos mais aloglotas, cuja influência, porém, teve-se quase que somente ao léxico.

Após os primeiros contactos entre os índios e os portugueses, estes aprenderam a língua àqueles (vejam-se as composições em tupi e a gramática do Pe. Anchieta), seguindo-se uma fase de bilingüismo, até que, finalmente, o português passou a dominar, a partir do séc. XVIII.

Os africanos desde 1442 eram levados a Portugal, tendo havido, por essa razão, quem supusesse a influência africana já no português de Portugal .

Trazidos para o Brasil em número de cinco milhões, num tráfico que se estendeu de 1538 a 1855, eram êles compreendidos em dois grandes grupos: os ladinos, que vinham falando o português, língua geral na costa africana durante os séculos XV, XVI e XVII, e os boçais, que só conheciam a algaravia pátria (nagô ou ioruba, quimbundo).

(3) Fala-se, por exemplo, numa influência açoriana no português de Santa Catarina; a atestação dessa possibilidade está condicionada à fatura de estudos dialetológicos de parte a parte. Cf. Boléo, Manuel de Paiva — “Brasileirismos. Problemas de método”, in Brasília, vol. III, Coimbra, 1946, 69-73 (com bibliografia); idem — “O Congresso de Florianópolis” (Primeiro Congresso de História Catarinense Comemorativo do Segundo Centenário da Colonização Açoriana), in Brasília, vol. V, Coimbra, 1950, 603-667. Laytano, Dante de — “O Português de Açores na consolidação moral do domínio lusitano no Extremo Sul do Brasil”, in Congresso do Mundo Português, 1940, vol. X, tomo II, pp. 341-356, especialmente pp. 354-355. O problema preocupou também os estudiosos do espanhol americano, sobre o qual se fazia incidir uma forte influência andaluza, que não mais se aceita hoje. Cf. Alonso, Amado — *Estudios Lingüísticos*. Madrid, Editorial Gredos, 1953, pp. 7-72.

Têm-se levado à conta de tupinismos e africanismos muitas peculiaridades fonéticas, morfológicas e sintáticas do português do Brasil (4). São afirmações tanto mais perigosas quanto se reconhece a escassez de nosso conhecimento das línguas americanas e africanas. Além do mais, comparando-se as listas das influências tupis e africanas que se têm coligido, muitas coincidências nos saltam à vista, o que evidencia tratar-se de fenômenos devidos à aprendizagem defeituosa do português por parte daqueles alaglotas. É o que nos ensina Serafim da Silva Neto (5).

c) O terceiro fator de ordem demográfica são os imigrantes, que começaram a se deslocar para o Brasil a partir do século XIX. São italianos, alemães e japoneses; sua influência, se existe, será possivelmente muito transitória, pois que tais contingentes vieram encontrar o português já consolidado e estabelecido no Brasil, capaz, portanto, de assimilá-la e neutralizá-la (6).

A êsses fatores de ordem populacional podemos, agora, acrescentar um de ordem política, a vinda da família real em 1808, responsável pela divisão da história externa da Língua Portuguesa no Brasil em dois grandes quadros:

I. Dos primórdios da colonização até o séc. XVIII, em que a linguagem brasileira tomou três matizes: o português

(4) Para tupinismos, veja Bueno, F. da Silveira — “Influência do tupi no português do Brasil”, in *Jornal de Filologia*, vol. I n.º 2, São Paulo, 1953, 109-120. Monteiro, Clóvis — *Português da Europa e Português da América*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1969, pp. 75-136. Ribeiro, Joaquim — *História da Romanização da América*. Rio de Janeiro, MEC, 1959, pp. 194-224. Silva Neto, Serafim da — *Introdução*, ed. cit., pp. 121 e ss. Melo, Gladstone C. de — *A língua de Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria Agr Editôra, 1946, pp. 33-58. Ayrosa, Plínio — “Subsídios para o estudo da influência do tupi na fonologia portuguesa”, in *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*, São Paulo, Departamento de Cultura, 1938, pp. 681-696. Para africanismos: Bueno, F. da Silveira — “Influências das línguas africanas no português do Brasil”, in *Jornal de Filologia*, vol II, n.º 3, 217-231, São Paulo, 1954. Mendonça, Renato — *A influência africana no português do Brasil*, 3.ª ed., Porto, Livraria Figueirinhas, 1948. Silva Neto, Serafim da — *ibid.*, p. 121 e ss.

(5) *op. cit.*, p. 129.

(6) São escassos os trabalhos acêrca da influência dos imigrantes sobre nossa fala. Para italianismos, ver Bueno, F. da Silveira — “Influência italiana na fala de São Paulo”, in *Jornal de Filologia*, vol. I, n.º 1, São Paulo, 1953, 3-16.

falado na costa, por brancos e descendentes, um crioulo ou semicrioulo de índios e negros, e a língua geral (tupi), falada por mamelucos e brancos em seus contactos com êstes e com os índios.

II. Chegando D. João VI, procede-se à europeização do país, ao mesmo tempo que se desenvolvem os grandes núcleos urbanos; em consequência, opõem-se os falares urbanos aos rurais e criam-se zonas de influência lingüística, que são as cidades. É a segunda fase da Língua Portuguêsa no Brasil (7).

Temos, assim, esboçado por alto a história externa do português no Brasil. Vejamos, a seguir, como e quando se tomou consciência do problema da língua brasileira.

Caberia ao **Romantismo** mobilizar a consciência nacional para êsse problema. Não lhe faltavam títulos para isso; lembre-se o sentimento romântico de auto-afirmação e antilusitanismo que levou nossos principais AA. da época a uma oposição ao espírito colonial, em que se via subserviência cultural e mental à Europa. Subserviência que, no setor lingüístico, teria forçado os escritores brasileiros a uma humilhante imitação de seus pares da metrópole.

Contra isto se insurgiu o Romantismo, aparelhando-se devidamente com o pensamento lingüístico da época. Veio-lhe a calhar, à maravilha, o naturalismo lingüístico de Max Müller, Hovelacque e Whitney (8). Tais AA., excluindo o espírito hu-

(7) Vimos seguindo, no tracejamento dêste quadro, as lições de Serafim da Silva Neto, op. cit., cap. "As três fases da história da Língua Portuguêsa no Brasil".

(8) "Não há ramo da história que se aproxime tanto das ciências naturais quanto a Lingüística... uma aglomeração de sons que chegam a formar uma palavra é quase uma entidade objetiva tanto quanto um pólo ou um fóssil. Pode-se depositá-la sobre uma folha de papel, como uma planta num herbário, para examiná-la à vontade". Whitney — *La vie du langage*, p. 256, apud Silvio Elia — *O problema da língua brasileira*, 2.^a ed. Rio de Janeiro, INL, 1961, p. 2-5. Leia-se ainda: "Les langues une fois nées, l'on peut dire qu'elles entrent aussitôt dans leur période historique, en entendant par là que leur développement se trouve soumis d'ores et déjà à l'arbitraire et aux fantaisies de ceux que les parlent. Ce serait là une erreur. Le développement des langues est, avant tout, déterminé, et le cours de leur vie ne saurait, par une inadmissible dérogation aux lois naturelles, échapper aux nécessités communes à tout ce qui vit". Hovelacque, A. — *La Linguistique*, 4^{ème} éd. Paris, Librairie Schleicher Frères, s/d, pp. 9-10.

mano no processo da elaboração lingüística, afirmavam a independência da língua em relação ao homem, entendendo-a como organismo regido por leis próprias de evolução, infalíveis em seu determinismo cego. Era o positivismo lingüístico.

Coerentes com êsse pensamento, acreditavam os românticos que, assim como do latim saíra o português, assim êste, nas plagas americanas, geraria o brasileiro (9).

O primeiro trabalho teórico a respeito, informa-nos João Ribeiro (10), se deve a Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, que o publicou num atlas francês de 1826. Depois, em 1879, José Jorge Paranhos da Silva publica o seu **O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil**.

José de Alencar tem sido colocado à testa dos qua afirmam a brasilidade de nossa língua, o que não é certo. Demonstrou-o cabalmente Gladstone Chaves de Melo, em estudo apenso à sua edição de **Iracema** (11). Para José de Alencar, língua brasileira é o mesmo que uso brasileiro do português.

Coube assim ao Romantismo a afirmação primeira da brasilidade de nossa linguagem, brasilidade essa que atingiu o estilo e não a língua.

O balanço definitivo da contribuição romântica à caracterização do estilo brasileiro está por ser dado. É tarefa de que só nos poderemos desincumbir após o estudo monográfico de nossos principais AA., estudo em que suas inovações fôssem sondadas (12).

-
- (9) Leia-se João Salomé Queiroga: "Dizem-me que sou acusado por deturpar a linguagem portuguesa. Mais de uma vez tenho escrito que compondo para o povo de meu país, faço estudo e direi garbo, de escrever em linguagem brasileira. Se isso é deturpar a língua portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em nosso idioma, que é luso-bundo-guarani". Cf. Castello, José A. — Textos que interessam à História do Romantismo. São Paulo, Comissão Estadual de Literatura, 1960, p. 34.
- (10) Ribeiro, João — A língua nacional, 2.^a ed. ed. São Paulo, Companhia Editôra Nacional, 1933, p. 27 ss.
- (11) Melo, Gladstone, C. de — **Iracema**. Rio de Janeiro, INL, 1948.
- (12) O trabalho de Herbert Parentes Fortes ("A língua e o Estílo do Romantismo, especialmente em Gonçalves Dias e José de Alencar", in *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*, Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1937, vol. II, pp. 258-305), infelizmente, não corresponde às esperanças acenadas pelo título.

O **Parnasianismo** e o **Simbolismo** foram reacionários no que diz respeito à questão da língua brasileira. Pelo menos três pontos nos levam a essa conclusão.

Primeiramente, Machado de Assis, embora reconhecendo o caráter mutável das línguas e a divergência entre os escritores brasileiros quanto ao cultivo da língua literária, aconselha, não obstante, a leitura dos clássicos como fonte de enriquecimento da expressão literária (13).

Em seguida, em 1897, funda-se a Academia Brasileira de Letras, que deveria zelar pela pureza do idioma e reagir contra os fatores de diversificação.

Finalmente, a presença de diversos autores ligados à Academia, cultivando uma Língua Portuguêsa em desacôrdo com nossa realidade lingüística, porque profundamente identificados com a tradição clássica. São êles: Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Carlos de Laet, Silva Ramos, Solidônio Leite (publicou os **Clássicos Esquecidos**), Laudelino Freire (dirigiu a **Estante Clássica**). É principalmente no Maranhão que se localizam diversos escritores lusitanizantes, vinculados a uma tradição que vinha de João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis e Odorico Mendes. Mais tarde surgem Rui Barbosa, Euclides da Cunha e Coelho Neto, estadeando êste a riqueza incalculável de seu léxico (14).

O **Modernismo** seria renovador, à feição do Romantismo

Começou-se por combater a geração de 1900 que, segundo os modernistas, voltara as costas ao Brasil (15).

-
- (13) "Entre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem. Não é raro ver intercalado em bom estilo os solecismos da linguagem comum, defeito grave, a que se junta o da excessiva influência da Língua Francesa. Este ponto é objeto de divergência entre os nossos escritores. Divergência digo, porque, se alguns caem naqueles defeitos por ignorância ou preguiça, outros há que os adotam por princípio, ou antes por uma exageração de princípio". Do "Instinto de Nacionalidade", in *Crônicas, críticas, poesia, teatro. Org., intr., revisão do texto e notas de M. Moisés*. São Paulo, Editora Cultrix, 1961, pp. 106-107.
- (14) Ler o cap. "Reação Clássica", de Barbosa Lima Sobrinho — *A língua portuguêsua e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1958, pp. 113-130.
- (15) Rubem Braga caracterizou com rara felicidade a atitude pré-modernista e modernista a respeito da língua. Leia a crônica publicada no *Diário de Notícias* de 28/6/42 e reproduzida por Afrânio Coutinho em *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1959, vol. III, tomo I, pp. 102-104 (nota 103).

Já o primeiro sinal de alarma fôra dado por Graça Aranha; lembre-se seu projeto de um dicionário expungido de todos os portuguesismos e que acolhesse todos os vocábulos e frases da linguagem corrente brasileira, impròpriamente chamados “brasileirismos” (16). A apresentação dêsse projeto à Academia Brasileira de Letras valeu-lhe o rompimento com ela, bandeando-se o A. para os modernistas, que então ensaiavam o vôo.

Também a contribuição do Modernismo não foi, até agora, suficientemente estabelecida. Daqui a cautela que deve revestir qualquer afirmação a respeito. De qualquer forma, poderemos resumi-la em dois tópicos:

a) O Modernismo diminuiu a distância entre a língua falada e a língua escrita, graças ao aproveitamento e valorização do regionalismo, sua tecla predileta (17).

É necessário, aqui, opor duas figuras importantes no Modernismo brasileiro, pertencentes às duas fases dêsse movimento.

Mário de Andrade, da primeira fase, recolheu elementos da língua corrente culta e inculta; a isto, acrescentou regionalismo oriundos de todos os quadrantes do país, notando-se fortes doses do dialeto caipira. Assim, num esforço evidente de criar uma linguagem literária brasileira, por oposição à linguagem lusitanizante, então em voga (18), terminou por redigir em português rebarbativo, de assimilação difícil, não obstante as expressões e construções familiares com que topamos, vez e outra.

Daqui o ostracismo em que caiu **Macunaíma**.

Guimarães Rosa, escritor da segunda fase, fêz da linguagem popular dos vaqueiros das Gerais um ponto de partida, de onde se encaminhou para uma mistura harmoniosa de latinis-

(16) Cf. *Espírito Moderno*. São Paulo, Cia. Gráfica Editôra Monteiro Lobato, 1925, pp. 49-51.

(17) É verdade que o aproveitamento do regionalismo como ingrediente apresentava, por vêzes, um inconveniente: é que o A., para ser entendido, se via constrangido a pensar um glossário, como se vê em Valdomiro Silveira (*Os Caboclos*) e José Américo de Almeida (*A Bagaceira*).

(18) Cf. *Macunaíma*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editôra, 1937; p. 135: “Macunaíma aproveitava a espera se aperfeiçoando nas duas línguas da terra, o brasileiro falado e o português escrito”.

mos, arcaísmos e indianismos. Numa etapa mais profunda de elaboração formal, Guimarães Rosa viria a apelar para a consciência etimológica do leitor, exagerando tendências latentes na linguagem do povo. Assim, aproveitando-se da lógica popular que vê em **satisfa** e **paixa** o “grau positivo” de **satisfação** e **paixão**, criou formas como **de supêto**, **de rempe**, **acampo** (19).

b) O Modernismo alçou à importância de estilo nacional o que era antes considerado erro, ignorância de brasileiros. Tornaram-se comuns na literatura construções como **bater de com fôrça**, **andar de a pé**, **ir na festa**, **não tem ninguém aqui**, etc.

Esta, porventura, terá sido a maior contribuição do Modernismo na busca de um sentido brasileiro da Língua Portuguesa. Sentido êsse tanto mais de se buscar, quanto se contra-põem as dezenas de milhões de brasileiros aos milhões de portugueses. (19a).

Já no domínio do pós-modernismo, mais dois fatos concorreram para que se agitasse a questão da língua brasileira.

O primeiro foi desencadeado pelo vereador Francisco Trotta, que propôs à Câmara Municipal do Distrito Federal, em 1935, projeto de lei segundo o qual nossos compêndios didáticos deveriam trazer a indicação “língua brasileira” quando estudassem o idioma nacional.

O projeto, embora vetado pelo Prefeito Pedro Ernesto, transformou-se em lei para, mais tarde, virar letra morta, porque se descobriu que legislava em assunto da competência exclusiva do govêrno federal (20).

Em seguida, Monteiro Lobato declara que “assim como o português saiu do latim, pela corrupção popular desta língua, o brasileiro está saindo do português” (21). A afirmação, que

(19) Cf. Proença, M. Cavalcânti — “Alguns aspectos formais de Grande Sertão: Veredas”, in *Revista do Livro*, n.º 5, Rio de Janeiro, 1957, 37-54.

(19a) Diz Herbert Parentes Fortes: “A alma brasileira está em tôda a nossa língua (...). É isto que temos de reconhecer de dentro do erro brasileiro do português”. Cf. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro, Edições GRD, 1956, p. 139 (cap. “O sentido do erro brasileiro do português”).

(20) Cf. Nascentes, A. — *Estudos Filológicos*, 1.ª série. Rio de Janeiro, Livraria Civilização Brasileira S/A, 1939, pp. 51-60.

pode ser filiada ao naturalismo lingüístico, é, não obstante, mais cautelosa (“o brasileiro está saindo”), conforme observou Barbosa Lima (22).

Enquanto na literatura os escritores clamavam pela necessidade duma expressão literária própria, no campo da gramática diversos autores buscavam fixar as características diferenciadoras da língua de Portugal e do Brasil, agrupando brasileirismos, conceituados como peculiaridades do português americano que contrastam com o português europeu (23). Paiva Boléo reúne e discute tais brasileirismos em seu trabalho já citado, e que passamos a resumir (24).

Na fonética:

mudança do -e final para -i: **gênti, fônti**;
redução dos ditongos **ei** e **ou** para **ê** e **ô**: **pexe, oro**;
mudança de **l** para **r**: **marvado**;
supressão do -r final: **andá, comê**;
passagem da palatal **lh** a **i**: **muié, fiyo**.

O A. lembra que todos êsses fenômenos são encontrados em Portugal, respectivamente no Algarves, na Beira Baixa, Minho, alguns distritos portugueses e em Arrifes e Olivença. Lembraremos que a supressão do -r final e a palatização do **lh** são fenômenos românicos: cf. fr. **aimer, fille**.

Na morfologia, aponta-se a perda do -s indicador de plural, que passa a ser figurado pelo determinante (exemplo: **duas rez nova**), e a simplificação das flexões verbais (**eu lovo, tu lova, êle lova, nós lova, êles lova**). Trata-se de tendência geral das línguas à simplificação da morfologia, fato já observado no francês e inglês.

(21) Cf. D. Casmurro, Rio de Janeiro, 30/6/38.

(22) op. cit., p. 37.

(23) Para a discussão do conceito de brasileirismos, V. Nelva. Artur — *Estudos da língua nacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940, introdução. Boléo, M. de Paiva — “Brasileirismos”, ed. cit.

(24) Cf. op. cit., pp. 20-65. Consultar também Palhano, Herbert — “A linguagem popular brasileira”, in *Estudos de Linguagem*. Lisboa, Edição de Alvaro Pinto (Revista de Portugal), (1952), pp. 83-93. Nascentes, A. — *O Idioma Nacional*, vol. IV. Rio de Janeiro, Livraria Machado, 1929, pp. 171-192.

Lembra-se, ainda a forma verbal **hai** (“hai tempo que não chove”); trata-se de formação arcaica (resultado de **habere** + **ibi**), e românica (cf. fr. **y avoir** e ital. **esserci**).

Na sintaxe:

uso do pronome pessoal em função objetiva direta:

“vi êle”;

emprêgo de **ter** por **haver**: “hoje tem aula”;

construção de verbos de movimento como preposição

em: “vou na feira”;

imperativo negativo na forma de indicativo: “não faz isso”;

colocação pronominal diversa da portuguesa.

Quanto aos três primeiros tópicos, trata-se de arcaísmos conservados no Brasil. O emprêgo do indicativo pelo subjuntivo nas ordens negativas não é apanágio nosso: foi encontrado até em Camilo Castelo Branco. O problema da colocação pronominal, verdadeiro cavalo de batalha, se resume nisto: a língua antiga, que herdamos no séc. XVI, não tinha a disciplina da atual no que tange ao assunto em epígrafe; por outro lado, a colocação pronominal é uma questão de entonação: os pronomes que são átonos em Portugal são tônicos no Brasil, donde podem vir à testa da oração, como em “me dá um livro”. Said Ali encaminhou a solução do problema (25).

De um modo geral, pode-se afirmar que, até aqui, o colecionamento de brasileirismos tem padecido duma falha de método consistente em se ignorarem as diversas camadas que constituem o idioma. Quem da classe média usaria palavras como **muié**, **marvado**? Ainda que, de um lado, dissessem lá um “não tinha mais peixes no mercado”, de outro, os componentes dessa classe jamais diriam “nós vai”, ou “comprei duas casa”. É preciso, então, fixar as características da linguagem corrente falada, própria da classe média, da linguagem popular, praticada pelas classes mais modestas, e da língua escrita (26).

(25) Said Ali, M. — *Dificuldades da Língua Portuguesa*, 5.^a ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957, p. 51 e ss.

(26) Silva Neto, S. da — *op. cit.*, p. 15.

A desconsideração dêesses estratos lingüísticos levou diversos autores a compararem fatos da linguagem popular brasileira aos da fala corrente de Portugal, e vice-versa, donde o aparecimento de diferenças particularmente impressionantes (27).

Descontando-se tais “diferenças”, ficam-nos o léxico e a língua falada em que realmente se pode documentar um abraçileiramento da Língua Portuguêsa.

No setor do léxico, extensa foi a contribuição tupi e africana, especialmente aquela, que orça por 10.000 vocábulos repartidos pela toponímia e onomástica brasileiras. Acrescentem-se, ainda, os nomes de vegetais e animais.

Faltam-nos estudos sérios que levantassem a totalidade da contribuição tupi e africana à Língua Portuguêsa, através da busca em dicionários e repertórios léxicos regionais.

Mais modesta se mostrou a contribuição africana, circunscrita a 250 vocábulos, pouco mais ou menos.

Realmente, tomando-se um dicionário etimológico como o de José Pedro Machado (28), salta à vista a amplitude da colaboração indígena; abrindo-se ao acaso aquêle glossário, e tomando cinco páginas de cada vez, obtivemos o seguinte resultado:

tupinismos: **acapitã, acapora, acapu, acará, acarembó, acari, acauã, cari, cariboca, carijó, carimã, carioca, cariós, cauré, caripirá, cariri, panema.**

africanismos: **acará, acarimbó, pango.**

Descontando-se **acari** e **cariós**, variantes de **cari** e **carijós** (a palavra **acará**, se do tupi, significa espécie de peixe, se do africano, bôlo de feijão), temos uma relação de quinze tupinis-

(27) Boléo, M. de Paiva — op. cit., p. 66.

(28) Machado, José Pedro — Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa. Lisboa, Editorial Confluência, 1956, ss. vv.

mos para três africanismos, o que nos oferece uma proporção de cinco tupinismos para cada africanismo (29).

Quanto à língua falada, só poderá ser suficientemente conhecida em seus aspectos regionais após o levantamento de nossos falares e conseqüente confecção de um atlas lingüístico. É obra que vem últimamente preocupando os meios filológicos brasileiros sem que, até agora, frutificasse como deve; chegaram-nos, recentemente, escassas referências a um Atlas Lingüístico da Bahia, que estaria sendo impresso.

No tocante a êste ponto, parece pacífico o tom arcaizante do português do Brasil. O fato ainda não foi cabalmente explicado pela Lingüística, suspeitando-se apenas que as línguas, uma vez esgalhadas ao seu tronco e trazidas a novas condições ecológicas, detêm sua força evolutiva, arcaizando-se. Foi o que ocorreu aos falares brasileiros em que se reconhece uma fundamentação quinhentista insofismável. Vejam-se os inúmeros arcaísmos correntes na bôca do povo, quer vocabulares (**filosomia, embigo, formento, craro, alembrar, auga, causo** (história), **fiúza, luita, fruta, inorância, agardecer, escuitar, ermão, saluço, somana, sojigar, alifante, menhá**), quer expressionais, êstes bastante corrompidos: **amoque** (= a modos que), **prumode** (= por amor de), etc. (30).

Em conclusão, provado o matiz brasileiro de nossa linguagem falada, e sendo a língua literária a utilização artística daquela, por essa razão também o estilo literário brasileiro deverá ser diferenciado.

(29) Daqui entenderem alguns que só há brasileirismos lexicais. Não se infira, contudo, que o enriquecimento do léxico português na América autorize a existência de uma língua brasileira. Basta ponderarmos que há dois grandes grupos de vocábulos: palavras lexicográficas, que encerram um sentido, e palavras gramaticais, instrumentos utilizados na indicação das diversas relações sintáticas (preposições, conjunções, pronomes, etc.) Apenas os instrumentos gramaticais dão à língua sua feição; em nosso caso, é notório o lusitanismo de tais partículas.

(30) Para o estudo da conservação de arcaísmos no português do Brasil, consultar: Spalding, W. — “A linguagem popular brasileira, especialmente do Rio Grande do Sul e o Cancioneiro Geral de Garcia de Resende”, in *Anais do Congresso Brasileiro de Língua Vernácula*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 1956, vol. I, pp. 334-377. Ribeiro, Joaquim — *História da Romantização da América*, ed. cit., pp. 47-83. Amaral, Amadeu — *O dialeto calpira*, 2.^a ed. São Paulo, Editora Anhambi Ltda., 1955, pp. 55-58.

Esta ordem de idéias nos leva ao último tópico dêste artigo, o estado atual da questão da Língua Portuguêsa no Brasil, em que diremos algo sôbre a língua falada e a língua literária brasileira.

O estudo da língua falada tem conduzido à dialetologia e à consideração da pronúncia brasileira, campos que ainda não produziram o que dêles se espera.

Em 1901 José Leite de Vasconcelos enquadrou a Língua do Brasil entre os dialetos d'além mar (31), o que veio ferir os melindres do nativismo pátrio. Tudo decorreu, porém, de mal-entendido: nada há de pejorativo no vocábulo, mormente se considerarmos que Leite de Vasconcelos o aplicou ao próprio Portugal.

Define-se dialeto modernamente como um conjunto de isoglossas (linhas que unem pontos de mesma característica lingüística). Preferem outros um critério prático para sua definição: falam dialetos diferentes os individuos que têm dificuldades para se entender, mas que sentem um fundo lingüístico comum.

Tanto num sentido como-noutro, o que há no Brasil são falares, isto é, variantes regionais duma mesma língua que permitem aos falantes um contacto fácil, embora se perceba tratar-se de pessoas de locais diversos (32).

Amadeu Amaral foi quem lançou as bases da dialetologia brasileira, com o seu *O Dialeto Caipira*. Seguiram-se Antenor Nascentes, que dividiu o falar brasileiro em seis subfalares,

(31) Vasconcelos, José Leite de — *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris, Aillaud & Cie., 1901, p. 29.

(32) Para a conceituação de dialeto e falar, cf. Boléo, M. de Paiva, op. cit., 10-17; Silva Neto, S. da — *Manual de Filologia Portuguêsa*, 2.^a ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957, pp. 209-214. Quando se fala em *Dialetologia*, não se pode ignorar a importância da *Geografia Lingüística*, seu verdadeiro método. Cf. Ellis, Silvio — *Orientações da Lingüística Moderna*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1955, pp. 97-118.

reunidos em dois grandes grupos, o do Norte e o do Sul, Mário Marroquim e outros (33).

De um modo geral, pode-se dizer que faltaram a esses trabalhos a documentação rigorosa que apenas o inquérito lingüístico pode propiciar.

Em consequência, tôdas as conclusões a que se chegou devem ser encaradas com certa reserva, conquanto se possa adiantar a existência duma unidade de características entre os diversos falares brasileiros (34).

Por outro lado, muito se pode esperar da aplicação das modernas técnicas de pesquisas dialetológica, sendo sintomáticas a fundação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira, em 1953, e a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia, em 1958 (35).

O estudo da pronúncia brasileira, de todos, é o mais descuidado (36); afirma-se que nosso falar é arrastado, adocicado e

-
- (33) Nascentes, A. — O linguajar carioca, 2.^a ed. Rio de Janeiro, Edição da "Organização Simões", 1953, pp. 25-26. Marroquim, M. — A língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco). São Paulo Companhia Editora Nacional, 1934. Teixeira, José A. — "O falar mineiro", in Revista do Arquivo Municipal, vol XLV, São Paulo, 1938, 5-100. Carvalho, José Mesquita de — "Traços gerais do linguajar nacional no Estado do Rio Grande do Sul", in Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, *id. cit.*, pp. 639-646. Paes, Dr. Elpidio Ferreira — "Alguns aspectos da fonética sul-riograndense", *ibid.*, pp. 363-429. Laytano, Dante de — "Notas de linguagem sul-riograndense", *ibid.*, pp. 343-360. Muricy, General José C. da Silva — "Algumas vozes do Paraná do Extremo Oeste", *ibid.*, pp. 575-586. Silveira, Graco — "Alguns traços do dialeto caipira e do subdialeto da Ribeira", *ibid.*, pp. 506-510. pp. 327-340. Salles, Antônio — "Coisas do nosso falar [Ceará]", *ibid.*, pp. 311-316. Seraine, Florival — "Contribuição ao estudo da pronúncia cearense", *ibid.*, pp. 439-494. Vieira, Gastão — "Subsídio para o estudo da língua nacional no Pará", *ibid.*, pp. 499-502. Vidal, Ademair — "O subdialeto do Nordeste [Paraná]", *ibid.*, pp. 283-294.
- (34) Silva Neto, Serafim da — Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil, *ed. cit.*, pp. 175-185.
- (35) Para a pesquisa dialetológica, consultar: Silva Neto, S. da — Guia para estudos dialetológicos. Faculdade Catarinense de Filosofia, Publicações do Centro de Estudos Filológicos, n.º 4. Florianópolis, 1955. Boléo, M. de Paiva — O estudo dos dialectos e falares portugueses (um inquérito lingüístico). Coimbra, 1942. Sobre a fundação do Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira: Revista Brasileira de Filologia, vol. I, tomo 1, Rio de Janeiro, 1955, 83-85. Sobre o I Congresso Brasileiro de Dialectologia e Etnografia: *Ibérica*, n.º 2, Rio de Janeiro, 1959, 157-161.
- (36) Há um manual de pronúncia para estrangeiros de Cândido Jucá Filho — A pronúncia brasileira. Rio de Janeiro, Coeditora Brasílica, 1939. E, de Rui Afonso, a "Padronização da prosódia brasileira", publicada nos Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro. Rio de Janeiro, MEC, 1958.

mais lento que o de Portugal; vimos a conseqüência sintática dessa elocução mais suave e de timbre mais claro quando nos reportamos à sínclise pronominal brasileira.

Outros, escudados em declarações de gramáticos portuguêses do séc. XVI, aproximam nossa pronúncia à portuguêsã de quinhentos. A primeira tarefa, neste sentido, seria determinar a pronúncia padrão; em 1937 o Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada proclamou a carioca como tal. No caso particular da entonação, só poderíamos chegar a resultados aceitáveis através dum bom laboratório de fonética experimental (37).

Não se pense que estudos dialetológicos e de pronúncia esgotarão tôdas as sugestões que nos oferece a língua falada. Isso porque ficam à espera de consideração, ainda, as diversas camadas de que se compõe; também aqui se observa a carência quase absoluta de monografias em tórno da língua falada culta, popular, familiar, sem contar a gíria e outros falares grupais.

Longe estamos de poder admirar a brasilidade de nossa língua falada em tôdas as suas facêtas!

Dissemos linhas atrás que a língua literária é a utilização artística da língua falada. Procuramos estabelecer, na oportunidade, a diferença de comportamento entre o escritor colonial e o romântico ou pós-romântico; para o primeiro, fugir aos cânones literários portuguêses era demérito e desdouro; para o segundo, vantagem que ansiosamente buscava. Tudo uma questão de modo de ver as coisas.

A língua literária brasileira, refletindo uma língua falada diferenciada da portuguêsã, tem de, forçosamente, possuir per-

(37) Parece ter sido E. Roquette Pinto o primeiro a aplicar, no Brasil, os recursos do laboratório à fonética. Cf. seu artigo "Contribuição à fonética experimental do português falado no Brasil", in *Anais do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada*, ed. cit., pp. 699-702. Infelizmente não pude compulso o trabalho de Lacerda, Armando e Rossi, Néelson — *Particularidades fonéticas do comportamento elocucional do falar do Rio de Janeiro em confronto com o português normal de Portugal*. Sep. da Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. IV. Coimbra, 1958.

sonalidade própria. A Estilística lingüística determinará o grau de brasilidade de nossa língua literária (38).

É de todos aceite que a partir do Romantismo consolidou-se o estilo brasileiro da Língua Portuguêsa, o que por algum tempo se julgou atabalhoadamente tratar-se de língua brasileira, recém-nascida do português.

Pois bem, o exame detido dos estilos individuais dar-nos-á a configuração geral do estilo brasileiro, e o reconhecimento da “vitória paulatina do sentido brasileiro da linguagem”, ponto de vista defendido por Herbert Parentes Fortes (39). A primeira tarefa consistiria, por certo, em se coligirem os principais livros de texto (40), a partir dos quais se provará concretamente a lusitanidade essencial de nossa língua, enriquecida com a brasilidade do nosso estilo.

(38) Veja-se nosso artigo “Estilística”, neste número. Para o estudo da língua literária brasileira, consultar: Câmara Jr., J. Matoso — “A língua literária”, in *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro, Editorial Sul Americana S.A., 1955, vol. I, tomo 1, pp. 101-111. Montello, Josué — “A língua literária no Brasil”, in *Brasília*, vol. X, Coimbra 1958, 289-307.

(39) Cf. *Filosofia da Linguagem*, ed. cit., p. 149. Ainda não se avaliou devidamente a contribuição de Herbert Parentes Fortes para a compreensão do problema do estilo brasileiro da Língua Portuguêsa. Sua obra, de publicação póstuma, compreende os seguintes títulos: *Filosofia da Linguagem*, 1956; *A língua que falamos e A questão da língua brasileira*, 1957; *Euclides, o estilizador de nossa história*, 1958.

(40) Maciel Pinheiro começou este trabalho com a publicação da “Bibliografia do linguajar brasileiro”, iniciada no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro), edição de 26/6/1957.